

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
MATHEUS JAREL CATALUNA BENTO RAMOS**

**A EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA NO CENTRO-OESTE: OS EFEITOS DA AMPLIAÇÃO DA
CRIAÇÃO DE NOVOS CAMPI E CURSOS, DO FINANCIAMENTO DO FIES E DA
CRIAÇÃO DO SISTEMA DE SELEÇÃO DO SISU**

UBERLÂNDIA - MG
2022

MATHEUS JAREL CATALUNA BENTO RAMOS

**A EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA NO CENTRO-OESTE: OS EFEITOS DA AMPLIAÇÃO DO
FIES E DA CRIAÇÃO DO SISU**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Uberlândia como requisito
parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia
sob a orientação do professor Dr. Eduardo Nunes
Guimarães.

UBERLÂNDIA - MG
2022

MATHEUS JAREL CATALUNA BENTO RAMOS

A EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA NO CENTRO-OESTE: OS EFEITOS DA AMPLIAÇÃO DO FIES E DA CRIAÇÃO DO SISU

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia.

Aprovada em:
Banca examinadora

Professor orientador Doutor Eduardo Nunes Guimarães
Universidade Federal de Uberlândia

Professor examinador
Universidade Federal de Uberlândia

Professora examinadora
Universidade Federal de Uberlândia

A EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA NO CENTRO-OESTE: OS EFEITOS DA AMPLIAÇÃO DO FIES E DA CRIAÇÃO DO SISU

Matheus Jarel Catalunã Bento Ramos¹

¹ Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Uberlândia.

RESUMO

O governo brasileiro, com o objetivo de aprimorar a mão de obra e desenvolver o país, criou uma série de políticas para expandir a rede universitária brasileira, tanto pública quanto privada. Assim, o Estado, através do Ministério da Educação (MEC) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB), utiliza de políticas públicas que buscam aumentar o número de Instituições de Ensino Superior (IES) e matrículas a fim de impulsionar o número de brasileiros com curso superior. Para avaliar essas políticas públicas, esta pesquisa se torna de total relevância para compreender os resultados sob o aspecto quantitativo e social, pois a utilização de recursos públicos para desenvolver uma rede privada de ensino superior, sob um aspecto geral, é acompanhado de críticas positivas e negativas devido ao conflito da visão de universidade como instituição de ensino e pesquisa, e empresa que visa o lucro. Portanto, fomentar o número de vagas e IES são políticas que devem ser concomitantes a essas premissas e a avaliação de uma política pública é feita analisando seus resultados concretos e não suas intenções; nesse sentido que entra a problemática: as políticas criadas na tentativa de expandir a rede de ensino alcançaram a região Centro-Oeste? Os resultados dessas políticas são homogêneos ao longo das regiões do Brasil? Existem diferenças nos resultados entre a rede pública e privada? Quais mudanças ocorreram nos estados que compõem a região? E no Distrito Federal? Estas questões serão expostas e respondidas ao longo da pesquisa, que utilizará do método dedutivo, analisando de forma objetiva os dados publicados pelo Censo Da Educação Superior, pelo FUNDEB e pela Valorização dos Profissionais da Educação referentes aos números de matrículas, cursos, financiamentos concedidos, utilizando-se de gráficos e tabelas, a fim de ilustrar melhor as respostas de tais questionamentos.

Palavras-chaves: ensino superior; expansão do ensino; Região Centro-Oeste; rede privada; rede pública.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação de cada etnia declarada no Censo da Educação Superior de 2010 e 201813	
Tabela 2 – Número de matrículas por etnia (FIES)	14
Tabela 3 – Números absolutos do censo da educação superior subdividido por categoria administrativa 2010.	15
Tabela 4 – Números absolutos do censo da educação superior subdividido por categoria administrativa 2010.	16
Tabela 5 – Número total de matrículas e Participação relativa de cada região no número total de matrículas 2010 e 2021	17
Tabela 6 – Números absolutos do censo da educação superior 2010 região centro-oeste.	18
Tabela 7 – Números absolutos do censo da educação superior 2021 região centro-oeste.	18
Tabela 8 – Número total de matrículas e Participação relativa de cada estado da região centro-oeste no número total de matrículas 2010 e 2021	19
Tabela 9 – Número total de matrículas em Goiás por tipo de instituição subdividido por tipo de graduação 2010 e 2021	21
Tabela 10 – Número total de matriculados no FIES e PROUNI em Goiás e sua participação relativa no total de matrículas na rede privada 2010 e 2021	22
Tabela 11 – Número total de matrículas em Mato-grosso por tipo de instituição subdividido por tipo de graduação 2010 e 2021	23
Tabela 12 – Número total de matriculados no FIES e PROUNI no Mato-Grosso e sua participação relativa no total de matrículas na rede privada 2010 e 2021	24
Tabela 13 – Número total de matrículas em Mato-grosso do sul por tipo de instituição subdividido por tipo de graduação 2010 e 2021	25
Tabela 14 – Número total de matriculados no FIES e PROUNI no Mato-Grosso do Sul e sua participação relativa no total de matrículas na rede privada 2010 e 2021	26
Tabela 15– Número total de matrículas em Mato-grosso do sul por tipo de instituição subdividido por tipo de graduação 2010 e 2021	27
Tabela 16 – Número total de matriculados no FIES e PROUNI no DF e sua participação relativa no total de matrículas na rede privada 2010 e 2021	28

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. OS PROGRAMAS DE EXPANSÃO DA REDE DE ENSINO SUPERIOR	11
3. A EXPANSÃO EDUCACIONAL NO CORAÇÃO DO BRASIL: UM PANORAMA DA REGIÃO CENTRO-OESTE	19
4. OBSERVANDO O ESTADO DO GOIÁS, EFEITOS DA EXPANSÃO DE ENSINO NO ESTADO:	21
5. AS PECULIARIDADES DA EXPANSÃO NO ESTADO DO MATO GROSSO	24
6 O RECORTE DO MATO GROSSO DO SUL E SUAS DIFERENÇAS DOS DEMAIS ESTADOS DO CENTRO-OESTE	26
7 A EXPANSÃO EM BRASÍLIA OS RESULTADOS OBTIDOS PELO DISTRITO FEDERAL	27
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32

1. INTRODUÇÃO

A região Centro-Oeste é uma das regiões menos populosas do país, com um pouco mais de 14 milhões de habitantes recenseados em 2010 (IBGE, 2010). O Centro-Oeste ocupa a segunda maior extensão territorial das regiões do país e é formada por três estados, em conjunto com o Distrito Federal (DF): Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Devido a sua vasta extensão territorial, possui um relevante papel na sociedade, com alta produção de carne e cereais, sendo responsável por 48% da produção nacional de soja na safra de 2020, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) produzido pelo IBGE. Com forte participação desses produtos nas exportações brasileiras, observa-se na região uma intensa capacidade de gerar divisas.

Seu recente processo de urbanização, acelerado e concentrado em pouco mais de 3 dezenas de municípios com população total superior a 50 mil habitantes, em conjunto com seu nível de renda relativamente elevado, tornam a região o objeto de estudo desta pesquisa, a qual se concentra em observar a expansão da rede de ensino na região, avaliando se a quantidade de matrículas e cursos disponibilizados cresceu após a série de políticas federais criadas para o setor. Com o intuito de realizar a avaliação, é utilizada uma análise estatística e gráfica avaliando o número de cursos, estudantes, docentes e os grupos sociais que os compõem tendo como fonte o censo da educação superior, compreendendo os anos entre 2010 e 2018, os quais foram influenciados pelas últimas políticas expansivas para educação. Os dados analisados foram extraídos de relatórios publicados pelo Censo da Educação Superior. A expansão do Ensino Superior no Brasil é fruto de respostas do mercado a políticas públicas de financiamento estudantil, além de maior direcionamento de recursos públicos para criação de novas universidades, cursos e turmas. Entre os anos de 2010 e 2018 o número total de estudantes que concluíram curso de nível superior subiu de 973-mil para 1,2 milhão segundo o IBGE em seu censo da educação superior. Entre os desafios de se promover uma expansão da educação universitária se tem a democratização do acesso ao ensino, a *sudestificação* da educação superior, expressão de Ristoff (2008, p.43) para descrever a concentração das universidades na região sudeste. A luz disso a expansão do Ensino no centro-oeste vem em encontro ao movimento de interiorização do Ensino superior, o qual é um dos pilares do Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e de extrema relevância para o desenvolvimento regional conforme "...a interiorização do sistema de Ifes abre oportunidades para uma população que habita áreas distantes dos grandes centros demográficos e econômicos, gerando efeitos positivos sobre seu entorno especial." Guimarães (2022, p. 422). A hipótese que será avaliada é a de que a região centro-oeste teve uma expansão de Ensino, superior a média nacional, com uma maior concentração em pequenos municípios

No primeiro capítulo será exposto sobre os programas que caracterizam a expansão universitária, os objetivos desses programas, seus resultados e as críticas que levantam a problemática da “mercantilização” da rede privada de ensino.

No segundo capítulo serão apresentados os resultados dos programas nas quatro regiões do Brasil, seguido de informações sobre os impactos dentro da região Centro-Oeste, subdividindo os dados por categoria administrativa das instituições de ensino.

No terceiro capítulo, apresentar-se-á o número de matrículas dos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e suas respectivas capitais, ilustrando as variações no número total de cursos e estudantes, sendo o último subdividido por categoria administrativa. No capítulo subsequente, o mesmo processo será realizado para o Distrito Federal.

Por fim, discorrer-se-á sobre os resultados, os padrões e diferenças dentro dos estados e municípios que compõem a região Centro-Oeste, tal como as mudanças de perspectiva à rede de ensino superior.

2. OS PROGRAMAS DE EXPANSÃO DA REDE DE ENSINO SUPERIOR

Entre os anos de 2003 a 2012, o Brasil criou e ampliou uma série de políticas que tinham como objetivo aumentar o número de estudantes que ingressaram no ensino superior. Das políticas implementadas, destacam-se: a criação do Programa Universidade para todos (PROUNI), através da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005; a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), através do Decreto nº 609 de 24 de abril de 2007; a ampliação e reestruturação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), através do Lei nº 12.202 de 14 de janeiro de 2010; e a criação do Sistema de Seleção Unificada (SISU). (BRASIL, 1988).

O PROUNI é um programa que foi criado em 2004 pelo Governo Federal, cuja missão centra-se na concessão de bolsas de estudo parciais e integrais em universidades privadas brasileiras a estudantes que tenham realizado o ENEM. Para que consigam uma bolsa integral, esses estudantes precisam estar dentro de uma faixa de renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo. Por sua vez, a concessão de bolsas parciais se dá aos estudantes que possuem uma renda igual ou inferior a 3 salários-mínimos.

Para que sejam elegíveis, pelas regras do programa, é necessário cumprir um dos requisitos a seguir: ter concluído ensino médio em uma instituição pública; ter concluído o ensino médio em instituição privada com auxílio de bolsa concedida pela própria instituição; ser deficiente; ser professor da rede pública de ensino referente à educação básica e concorrer a bolsas de estudos para cursos de licenciatura². Portanto esta lei é responsável por ampliar o acesso ao ensino superior privado, incluindo grupos sociais de menor poder econômico ou que poderiam ter dificuldades geográficas de acessar uma universidade pública com o mesmo curso em sua região, tendo acesso assim a desconto ou gratuidade em um curso superior, contudo o aumento do acesso não necessariamente é um aumento de democratização do ensino como é observado em: “o Prouni promove uma política pública de acesso à educação superior, pouco se preocupando com a permanência do estudante, elemento fundamental para sua democratização.” (Catani, 2006). A crítica do Catani é baseada principalmente nos estudantes que têm acesso apenas a 50% da bolsa, os quais são obrigados a quitar as responsabilidades financeiras do semestre anterior antes da renovação da matrícula. Outra crítica aberta por Catani ao programa é que esse modelo de atuação em conjunto com o setor privado baseado em renúncia fiscal do governo caracteriza mais um benefício ao setor privado do que uma democratização ao ensino (Catani, 2006).

² Nesses casos, o candidato não precisa comprovar renda e, sim, o exercício da profissão, conforme as especificações da lei nº 11.096.

O REUNI foi um projeto de reestruturação das universidades federais brasileiras projetado em 2007, tendo sido instituído pelo Decreto N° 6.096/2007 com o objetivo-chave de aumentar o número de vagas de ingresso, especialmente no período noturno. Ademais pretende reduzir as taxas de evasão e promover a ocupação das vagas ociosas. A participação no projeto foi facultativa, mas todas as universidades federais se inscreveram no programa e apresentaram algum tipo de projeto nesse sentido. O REUNI é uma sub ação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que além de reestruturar as universidades buscava um aumento na mobilidade social através do acesso a educação como se vê na lei:

Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica (BRASIL 2007, p. 1).

No âmbito de políticas públicas foram criadas bolsas de estudo para auxiliar na permanência dentro dos cursos, outra importante medida que veio junto ao PDE foi a subdivisão territorial, buscando assim identificar regiões desprivilegiadas de opções de ensino, agindo sobre as desigualdades apresentadas (COSTA, 2013). A região centro-oeste é uma das regiões que se beneficia desta nova lei, sendo observada por uma ótica de distribuição de recursos e expansão da rede de ensino para o interior.

O FIES é o sucessor de um programa federal criado durante o governo Geisel, em 1975, o Programa de Crédito Educativo (CREDUC). O governo Fernando Henrique reformulou o CREDUC em 1999 e o renomeou para “Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior” (FIES). A partir de 2010, o programa passa por uma ampliação durante o governo Lula, aplicando uma mudança na taxa de juros – de 6,5% ao ano para 3,4% –, reduzindo-a a um nível que já era inferior à taxa Selic³, além da inclusão de um prazo de carência de 18 meses. Por conseguinte, a ampliação do FIES aumentou o alcance que o programa tinha, não só em números, mas em relação às classes sociais beneficiadas, como podemos observar em:

[...] o FIES tornou-se a partir do 2010 um agressivo programa de financiamento estudantil, com juros altamente subsidiados e com gratuidade para estudantes das carreiras de professor e de médico que, depois de formados, vierem a atuar nas redes públicas de educação ou saúde. De 2010 a 2015, mais de 2,1 milhões de contratos foram assinados. (DILVO RISTOFF, 2018, p. 70)

O SISU é uma modalidade de inscrição para vagas no curso superior. Disponibilizada pelo Ministério da Educação, a inscrição é realizada de forma eletrônica; no SISU, as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas ofertam vagas e utilizam, como forma de classificação, a nota do candidato no Exame

³ A taxa básica de juros brasileira estava em 10,66% a.a durante o terceiro trimestre de 2010 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022).

Nacional do Ensino Médio (ENEM) para gerar uma lista de aprovados, relacionando-os com as vagas disponibilizadas, seguindo assim uma lista com ordem decrescente das notas dos candidatos, sendo que, caso o número de inscritos em determinado curso supere o número de vagas, é criada uma lista de espera com os candidatos majorados. As inscrições para o processo seletivo do SISU ocorrem duas vezes ao ano e a sua duração é de dois dias. Ao final de cada dia, uma nota de corte é apresentada; essa nota informa aos candidatos a pontuação mínima para conseguir se classificar dentro do número de vagas disponibilizadas para o curso em determinada universidade⁴. Por conseguinte o programa apresenta um avanço no que diz respeito à transparência de informações, além de disponibilizar dados que permitem ao inscrito analisar melhor suas opções de matrícula por localidade quebrando assim a barreira da necessidade de presença física para realização de vestibular de determinada universidade, uma vez que o ENEM tem uma abrangência nacional e se baseia em um algoritmo de “*matching*” conforme descrito por Abreu e Carvalho (2014, p.9). Não obstante o SISU unifica o processo de seleção junto ao ENEM promovendo uma modesta, porém maior democratização de acesso à universidade pública. O sucesso dessa nova modalidade de inscrição (enquanto forma de avaliação de candidatos a uma vaga) pode ser observado pelo grau de aderência que obteve, uma vez que a adesão ao programa é voluntária, e todas as universidades federais adotaram o SISU como um dos meios oficiais de ingresso (Luz 2013).

Através da lei N° 12.711, de 29 de agosto de 2012, é criada uma cota mínima estabelecendo que 50% das vagas das universidades federais são obrigatoriamente destinadas a estudantes portadores de deficiência, afrodescendentes e de formação em escola pública; a outra metade das vagas é alocada para os estudantes inseridos dentro da ampla concorrência. Com o SISU, inicia-se um novo padrão de avaliação - uniforme -, possibilitando uma maior mobilidade dos estudantes, haja vista que não precisam fazer os “vestibulares tradicionais”, removendo o limitador geográfico que existia anteriormente:

[o] que se observa é que ano após ano, o Sisu ganha espaço, e o antigo vestibular -pequeno, estadualizado, elitista, pago e com mobilidade restrita aos ricos- vai se tornando coisa do passado, cedendo lugar a um processo seletivo amplo, nacional, democrático, gratuito e com oportunidade de mobilidade para todos. (DILVO RISTOFF, 2018, p. 70)

Contudo, apesar dos avanços auferidos através dos programas citados, a democratização do ensino não foi irrestrita e grupos privilegiados ainda possuem vantagens que se manifestam através de, por exemplo: acesso a melhores escolas durante a formação nos ensinos básico e médio; maior parcela do dia que se pode dedicar aos estudos – não-cumprimento de uma dupla jornada, isto é, de estudos e de trabalho; além da possibilidade financeira de migrar a um município à realização de um curso superior – algo factível para alguns estudantes relativamente mais abastados, seguindo a lógica elitista das universidades brasileiras conforme afirma Batista(2015) :

Pode-se dizer que a demanda por Educação Superior no Brasil é, prioritariamente, atendida por IES privadas; com efeito, o acesso às IES públicas comprova-se elitizado. Logo, a Educação Superior pública no Brasil é um bem coletivo escasso e, como tal, é objeto de disputa social, que necessita de um modelo de justiça social que a regule. Assim, a focalização de políticas públicas educacionais faz sentido em contextos de comprovada desigualdade educacional, mesmo que, para tal, haja uma diferenciação

⁴ Nesses casos, o candidato não precisa comprovar renda e, sim, o exercício da profissão, conforme as especificações da lei n° 11.096.

social, ou uma “discriminação positiva”, na distribuição do recurso público. (Batista, 2015 p.42).

Essas políticas promoveram uma série de mudanças no cenário de acesso à educação superior, gerando um aumento do número de vagas, de candidatos e de uma maior participação de grupos sociais, historicamente excluídos do ensino superior, não só em universidades públicas através da lei de cotas, mas também no ensino privado.

Tabela 1 - Participação de cada etnia declarada no Censo da Educação Superior de 2010 e 2018

	2010		2018	
	Pública	Privada	Pública	Privada
Branco	57,01%	65,90%	48,42%	53,50%
Preto	11,15%	5,66%	11,28%	8,07%
Pardo	27,59%	25,60%	37,57%	35,38%
Amarelo	3,76%	2,45%	1,86%	2,17%
Indígena	0,48%	0,39%	0,87%	0,88%

Fonte: Censo da educação superior, elaboração própria.

O FIES, enquanto um programa que facilitou o acesso ao crédito, mostrou-se mais efetivo com grupos étnicos historicamente menos privilegiados (Tabela 2). Tal como na tabela anterior, as exceções se dão entre os amarelos – diminuição da participação relativa – e também entre os indígenas – estagnação.

Tabela 2 – Número de matrículas por etnia (FIES)

	Amarelo	Branco	Pardo	Negro	Indígena
2010	2,32%	61,92%	28,71%	6,86%	0,19%
2019	2,20%	43,80%	43,50%	10,30%	0,20%

Fonte: Censo da educação superior, elaboração própria.

No segundo semestre de 2010, em relação ao total de estudantes cadastrados no FIES, mais de 60% se declaravam como brancos, ao passo que quase 29% foram listados como pardos, aproximadamente 7% como negros, 2% como amarelos e 0,19% como indígenas; no segundo semestre de 2019, os valores percentuais registrados foram: aproximadamente 44% das matrículas foram preenchidas por brancos, 43,5% por pardos, os negros saltaram para 10,3%, enquanto amarelos e indígenas se mantiveram relativamente estagnados, alcançando respectivamente 2,2% e 0,20%.

Os dados mostram, de maneira geral, que houve de fato uma maior inclusão de grupos étnicos marginalizados em um espaço de tempo de 10 anos, indicando evoluções importantes – ainda que insuficientes, devido às causas que barraram uma democratização mais irrestrita do acesso à educação, anteriormente citadas como descreve vieira:

Estas vagas, contudo, frequentemente são acessadas por um grupo reduzido de candidatos; o que nos leva ao segundo processo de elitização, visto que o perfil socioeconômico do grupo que possui os pré-requisitos para acionar este tipo de formação, é caracterizado por integrantes de setores prestigiados da população racialmente brancos(Vieira, p.48)

Durante o período de 2010 a 2019, o total de estudantes matriculados subiu de 512 mil para 550 mil; Um total de 2,72 milhões de financiamentos foram realizados, sendo 2014 o ano com o maior número de cadastrados – 731 mil estudantes, de acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Com a possibilidade de financiar o ensino com um menor custo, ocorreu um aumento da oferta de cursos na rede privada de ensino. Logo no período após a ampliação do FIES, ocorre um aumento de 46% no total de cursos ofertadas no ensino privado, um acréscimo de 162 novas instituições de ensino e um crescimento do número de matrículas na rede privada de 45%, passando de 4,7 milhões para 6,9 milhões, segundo dados do censo entre os anos de 2010 e 2021 conforme a tabela:

Tabela 3 – Números absolutos do censo da educação superior subdividido por categoria administrativa 2010.

Estatísticas básicas	Categoria Administrativa					
	Total geral	Pública				Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	
	Graduação					
Instituições	2.377	278	99	108	71	2.099
Cursos	29.507	9.245	5.326	3.286	633	20.262
Matriculas	6.379.299	1.643.298	938.656	601.112	103.530	4.736.001
Ingressos	2.182.229	475.884	302.359	141.413	32.112	1.706.345
Concluintes	973.839	190.597	99.945	72.530	18.122	783.242
Funções Docentes em exercício	345.335	130.789	78.608	45.069	7.112	214.546

Fonte: Censo da educação superior, elaboração própria.

Tabela 4 – Números absolutos do censo da educação superior subdividido por categoria administrativa 2021.

Estatísticas básicas	Categoria Administrativa					
	Total geral	Pública				Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	
	Graduação					
Instituições	2.574	313	119	134	60	2.261
Cursos	43.085	10.856	6.842	3.409	605	32.229
Matriculas	8.986.554	2.078.661	1.371.134	634.024	50.039	6.907.893
Ingressos	3.944.897	492.141	320.759	151.226	20.156	3.452.756
Concluintes	1.327.188	219.342	128.771	76.244	14.327	1.107.846
Funções Docentes em exercício	323.376	171.840	118.546	48.344	6.010	151.868

Fonte: Censo da educação superior, elaboração própria.

A educação superior no Brasil tem passado por constantes transformações ao longo dos anos, e os dados de 2010 e 2021 são um reflexo disso. Em 2010, o país contava com 2377 instituições de ensino superior, sendo 278 públicas e 2099 privadas. Dentre as públicas, 99 eram federais, 108 estaduais e 71 municipais. Já em 2021, esse número aumentou para 2574 instituições, sendo 2261 privadas e 313 públicas. Dentre as públicas, 119 são federais, 134 estaduais e 60 municipais.

É importante destacar que esse aumento no número de instituições privadas de ensino superior pode ser visto como um reflexo dos efeitos das políticas públicas de financiamento estudantil (FIES), e bolsas de ensino (PROUNI). Além disso, a maior oferta de opções de cursos e instituições pode ser vista como um passo positivo para democratizar o acesso à educação superior no país.

Por outro lado, é importante destacar que o número de instituições públicas aumentou em relação ao número de instituições privadas, o que demonstra como as políticas públicas e o avanço do ensino gratuito tiveram relevância para o avanço do indicador.

Não obstante, é importante lembrar que a educação superior é um fator crucial para o desenvolvimento econômico e social de um país (Favato, 2018), e é fundamental que haja uma equidade de oportunidades para todos os indivíduos. Portanto, é necessário que haja uma reflexão sobre as políticas educacionais atuais e as necessidades futuras para garantir que a educação superior no Brasil continue crescendo e evoluindo.

Os dados referentes ao número de matrículas de nível superior no Brasil nos anos de 2010 e 2021 mostram um crescimento significativo na procura por ensino superior no país. Em 2010, foram registradas 6379299 matrículas, sendo 4736001 em universidades privadas e 1643298 em universidades públicas. Dentre as públicas, 938656 eram federais, 601112 estaduais e 103530 municipais. Já em 2021, esse número aumentou para 8986554 matrículas, sendo 6907893 em universidades privadas e 2078661 em universidades públicas. Dentre as públicas, 938656 são federais, 601112 estaduais e 103530 municipais.

É digno de nota que, mesmo com o crescimento no número de matrículas nas universidades públicas, ainda há uma predominância de matrículas nas instituições privadas. Isso pode indicar a necessidade de políticas públicas para ampliar a oferta de ensino superior público e gratuito no país.

Ademais, é preciso destacar a relevância da qualidade do ensino, independentemente se é privado ou público, para garantir que a educação superior no Brasil esteja preparando os estudantes para atuarem no mercado de trabalho e contribuir para o desenvolvimento do país. À vista disso, é fundamental que haja investimentos e políticas educacionais que possibilitem a melhoria da qualidade do ensino, além de ampliar a oferta de ensino superior público e gratuito no país.

Outro dado que apresenta o dinamismo do setor é a mudança no número de docentes. Os indicadores mostram que houve uma diminuição no número de docentes em exercício nas universidades brasileiras entre 2010 e 2021. Em 2010, havia 345335 docentes, enquanto em 2021 esse número caiu para 323376.

A maior queda foi observada nas universidades privadas, onde o número de docentes passou de 214546 para 151868, uma redução de mais de 30%. Nas universidades públicas, houve um movimento contrário e significativo, com 130789 docentes em 2010 e 171840 em 2021, um aumento de cerca de 18%.

Ressalta-se que essa queda no número de docentes não foi homogênea entre as diferentes modalidades de ensino. Nas universidades federais houve o maior aumento, o número de docentes subiu de 78608 para 118546 um crescimento de aproximadamente 50%, enquanto nas estaduais, o aumento foi bem modesto de 45069 para 48344. Já nas universidades municipais, o número de docentes caiu de 7112 para 6010, uma redução superior a 15%.

É importante lembrar que esses dados podem ser influenciados por vários fatores, como a situação econômica do país e as políticas de gestão universitária. No entanto, é importante destacar que a diminuição no número de docentes pode ter impactos negativos na qualidade do ensino e na formação dos estudantes.

Tabela 5 – Número total de matrículas e Participação relativa de cada região no número total de matrículas 2010 e 2021

	2010	Participação no total de matrículas	2021	Participação no total de matrículas
Norte	352.578	6,35%	754.481	8,40%
Nordeste	1.058.213	19,05%	1.855.626	20,65%
Sudeste	2.656.409	47,83%	3.927.777	43,72%
Sul	895.840	16,13%	1.626.212	18,10%
Centro-Oeste	591.091	10,64%	820.300	9,13%
Brasil	5.554.131	100,00%	8.984.396	100,00%

Fonte: Censo da educação superior, elaboração própria.

Os dados apresentados indicam um aumento significativo no número de matrículas na rede de ensino superior em todas as regiões do Brasil. Entre 2010 e 2021, houve um crescimento de 106,5% na região Norte, de 74,5% na região Nordeste, de 47,8% na região Sudeste, de 82,4% na região Sul e de 38,8% na região Centro-Oeste.

É possível notar que esses dados refletem uma tendência geral de aumento do acesso à educação superior no país. Esse aumento também é reflexo das políticas de expansão da rede privada e pública.

As regiões Norte e Nordeste apresentam os maiores percentuais de crescimento, sugerindo que estas estão se beneficiando mais dessas políticas e avanços.

Ressalto que é fundamental continuar acompanhando esses dados para entender as tendências e avaliar as políticas públicas para a educação superior. Além disso, seria proveitoso realizar estudos mais aprofundados para entender e identificar quais setores e grupos sociais estão se beneficiando mais desses avanços.

Portanto, o FIES, PROUNI, SISU e REUNI engendraram mudanças estruturais de ensino em âmbito nacional nas instituições públicas e privadas, promovendo um aumento no número de vagas, na ampliação da democratização do acesso e também na especialização do corpo docente. A seguir, após sintetizar o quadro geral do Brasil sobre os assuntos discutidos nas páginas anteriores, tratar-se-á mais especificamente da Região Centro-Oeste.

3.A EXPANSÃO EDUCACIONAL NO CORAÇÃO DO BRASIL: UM PANORAMA DA REGIÃO CENTRO-OESTE

A expansão universitária foi promovida por políticas nacionais, mas com graus de impacto diferenciados para cada região do Brasil – e, mais pormenorizadamente, em seus respectivos estados e municípios. A uniformidade dos resultados a níveis nacionais não representa as individualidades das entidades federativas e dos municípios que as compõem; portanto, uma avaliação de desempenho desse tema para Região Centro-Oeste, que é uma das menos populosas do Brasil no âmbito de cada um desses níveis, mostra-se necessária devido ao seu crescimento populacional (e potencial) de urbanização.

Tabela 6 – Números absolutos do censo da educação superior 2010 região centro-oeste.

Estatísticas básicas	Categoria Administrativa					
	Total geral	Pública				Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	
	Graduação					
Instituições	244	17	9	4	4	227
Cursos	2.548	949	579	302	68	1.599
Matriculas	591.091	147.741	91.163	47.085	9.493	443.350
Ingressos	212.963	44.196	30.733	11.665	1.798	168.767
Concluintes	85.690	19.729	11.211	6.670	1848	65.961
Funções Docentes em exercício	32.637	14.004	8.904	4.395	705	18.633

Fonte: Censo da educação superior, elaboração própria.

Tabela 7 – Números absolutos do censo da educação superior 2021 região centro-oeste.

Estatísticas básicas	Categoria Administrativa					
	Total geral	Pública				Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	
	Graduação					
Instituições	286	23	14	5	4	263
Cursos	3.162	1.047	753	239	55	2.115
Matriculas	820.300	197.418	139.305	46.101	12.012	622.882
Ingressos	379.652	208.176	195.895	9.551	2.730	171.476
Concluintes	123.950	68.298	61.275	6.082	941	55.652
Funções Docentes em exercício	35.677	18.772	14.214	3.796	762	16.905

Fonte: Censo da educação superior, elaboração própria.

Houve um aumento de 17% no número total de instituições de nível superior na região centro-oeste entre 2010 e 2021, com a maior parte deste aumento ocorrendo na rede privada.

A proporção de instituições na rede privada em relação ao total permaneceu estável nos anos 2010 e 2021. Enquanto isso, o número de instituições na rede pública aumentou ligeiramente, com um aumento no número de instituições federais com a criação de um novo instituto: instituto federal do Mato

Grosso do Sul(IFMS), além de novas universidades: a universidade federal de catalão(UFCAT) a universidade federal de jataí (UFJ) e a universidade federal de Rondonópolis(UFR) além do registro do instituto superior de ciências policiais, na rede estadual o novo registro é da Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal (ESGe). O total de matrículas da região Centro-Oeste aumentou em 229 mil, uma variação positiva de 38% para o período de 2010 a 2021.

Houve um aumento significativo no número total de matrículas na região centro-oeste, tanto na rede privada quanto na pública, entre 2010 e 2021.

A proporção de matrículas na rede privada em relação ao total permaneceu estável próxima de 76% em 2010 e 2021.

Na rede pública, houve aumento de matrículas na rede federal, estadual e municipal, mas a proporção de matrículas na rede federal em relação ao total subiu de 15% em 2010 para 17% em 2021.

A proporção de matrículas na rede estadual manteve-se relativamente estável, enquanto a proporção de matrículas na rede municipal aumentou ligeiramente.

Ocorreu um aumento de 9% no número total de docentes em exercício na região centro-oeste entre 2010 e 2021, com um aumento na rede pública e uma queda na rede privada. A proporção de docentes na rede privada em relação ao total caiu de 57% em 2010 para 48% em 2021.

Enquanto isso, o número de docentes na rede pública aumentou, com um aumento significativo na proporção de docentes na rede federal e uma ligeira queda na proporção de docentes nas redes estadual e municipal.

Tabela 8 – Número total de matrículas e Participação relativa de cada estado da região centro-oeste no número total de matrículas 2010 e 2021

	2010	Participação no total de matrículas	2021	Participação no total de matrículas
MS	97.311	16,46%	141.127	17,20%
MT	116.634	19,73%	176.718	21,54%
GO	198.821	33,64%	280.974	34,25%
DF	178.325	30,17%	221.481	27,00%
Centro-Oeste	591.091		820.300	

Fonte: Censo da educação superior, elaboração própria.

De 2010 a 2021, houve um aumento significativo no número de matrículas no Centro-Oeste, passando de 591091 para 820300. O estado de Mato Grosso do Sul apresentou um crescimento de 44,4%,

enquanto Mato Grosso teve um aumento de 51,9%. Goiás apresentou um aumento de 41,3% e o Distrito Federal teve um aumento de 24,1%.

Os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul apresentaram os maiores aumentos percentuais, indicando que ocorreu de fato um aumento na interiorização do ensino. Goiás também teve uma expansão significativa, enquanto o Distrito Federal apresentou um aumento moderado.

Em 2010, a participação relativa de cada estado no total de matrículas no Centro-Oeste foi: MS (16,5%), MT (19,7%), GO (33,5%) e DF (30,3%). Em 2021, a participação relativa de cada estado foi: MS (17,2%), MT (21,5%), GO (34,2%) e DF (27%).

Nota-se que em 2021, houve uma ligeira mudança na participação relativa dos estados na região, com a redução da participação do DF e o aumento da participação do MS e MT. Além disso, a participação relativa de Goiás manteve-se praticamente a mesma em ambos os períodos.

4. OBSERVANDO O ESTADO DO GOIÁS, EFEITOS DA EXPANSÃO DE ENSINO NO ESTADO:

Goiás é a unidade federativa com maior população da Região Centro-Oeste, estimada em 7,1 milhões de habitantes (IBGE, 2022). É o 13º estado mais populoso do país, com uma área territorial de 340.000 km² e uma população de aproximadamente 7 milhões de habitantes. Este estado é também caracterizado pela forte presença no setor agroexportador, principalmente no que se refere à produção de monoculturas de escala como cana-de-açúcar, soja e milho (IBGE, 2022).

A educação superior no estado de Goiás é composta por universidades públicas e privadas que oferecem diversos cursos com diferentes níveis de formação como Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogos. Algumas das principais instituições de ensino superior no estado são a Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Estadual de Goiás (UEG) e a Universidade Católica de Goiás (UCG).

Os níveis de graduação de bacharelado, licenciatura e tecnologia são diferentes em termos de profundidade, área de atuação e duração.

Bacharelado é o nível mais elevado de graduação, com duração de 4 a 6 anos, oferecendo uma formação abrangente e profunda em uma determinada área, como engenharia, economia, direito, etc.

A licenciatura tem uma duração de 3 a 5 anos, com ênfase em formação pedagógica, para atuar em sala de aula em áreas como educação, matemática, letras, entre outras.

Tecnologia é uma formação mais curta, com duração de 2 a 3 anos, com ênfase em habilidades técnicas e práticas específicas de uma determinada área, como segurança do trabalho, gestão ambiental, gestão financeira, etc. Entre os anos de 2010 e 2021 a relação desses cursos também foi alterada, a expansão do ensino não foi uniforme entre os diferentes tipos de graduação, conforme é ilustrado na tabela:

Tabela 9 – Número total de matrículas em Goiás por tipo de instituição subdividido por tipo de graduação 2010 e 2021

	2010			2021		
	Privadas	Públicas	Total	Privadas	Públicas	Total
Bacharel	103.372	28.289	131.661	142.295	67.467	209.762
Licenciatura	21.100	22.763	43.863	30.972	29.544	60.516
Tecnologo	16.058	5.703	21.761	42.762	4.251	47.013
Total	140.530	56.755	197.285	216.029	101.262	317.291

Os dados indicam que houve um aumento significativo no número de matrículas em ambas as universidades privadas e públicas em cursos de bacharelado, comparando os anos de 2010 e 2021. A

universidade privada teve um aumento de 37,9% no número de matrículas em cursos de bacharelado, enquanto a universidade pública teve um aumento de 137,5%.

Os indicadores demonstram que há um crescimento na quantidade de matrículas em cursos de Licenciatura tanto nas universidades privadas quanto públicas, entre 2010 e 2021. No entanto, o número de matrículas em universidades privadas superou em 2021 o número de matrículas em universidades públicas. Contudo, a proporção de matrículas em universidades privadas e públicas se manteve similar ao longo do período.

A tabela também apresenta um aumento significativo nas matrículas em cursos tecnológicos apenas nas universidades privadas, enquanto que nas públicas ocorreu uma redução entre 2010 e 2021. Nas universidades privadas, o número de matrículas passou de 16058 em 2010 para 42762 em 2021, o que representa um aumento de 165%. Já nas universidades públicas, houve uma redução de 25%, passando de 5703 para 4251 matrículas.

Quanto às políticas públicas de facilitação de acesso ao ensino privado no estado de Goiás pode ser observado um aumento no número de indivíduos beneficiados pelo programa. Contudo, o número é relativamente baixo quando comparamos aos dados totais de matrículas do ensino privado.

Tabela 10 – Número total de matriculados no FIES e PROUNI em Goiás e sua participação relativa no total de matrículas na rede privada 2010 e 2021

	2010		2021	
	Matriculas	participação no total de matriculas	Matriculas	participação no total de matriculas
FIES	4472	3,18%	6284	2,91%
Prouni	6794	4,83%	11906	5,51%

Aqui tem-se uma tendência de crescimento na utilização dos programas de financiamento estudantil Fies com um aumento de 40% no total de financiamentos, em conjunto as bolsas de Prouni aumentaram em 75%. Em comparação com 2010, houve um aumento significativo no número de matrículas financiadas pelos programas em 2021. Apesar de o número de matrículas financiadas pelo Fies representar uma pequena fração do total de matrículas e ter caído a proporção entre os anos de 2010 e 2021, entretanto o número de matrículas com bolsa do Prouni cresceu proporcionalmente ao total de matrículas.

5. AS PECULIARIDADES DA EXPANSÃO NO ESTADO DO MATO GROSSO

O Mato Grosso é um estado localizado no centro-oeste do Brasil. Possui uma área territorial de 903,357 km², sendo o terceiro estado mais extenso do país. É o segundo estado em número de população na região centro-oeste, aproximadamente 3,4 milhões de habitantes (IBGE, 2020). O estado é o 14º mais populoso do Brasil. É limitado ao norte por Roraima e Amazonas, ao sul por Mato Grosso do Sul, a oeste por Rondônia e Bolívia, e a leste por Goiás e Tocantins. A capital do estado é Cuiabá, localizada no centro-sul do estado.

O Mato Grosso é um estado rico em recursos naturais, incluindo madeira, mineração, agricultura e pecuária. A economia do estado é baseada principalmente na agricultura, com destaque para a produção de soja, milho e algodão. Além disso, há uma significativa indústria madeireira e de mineração de minerais, como ouro e diamantes.

Algumas das principais universidades no estado incluem a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), Universidade de Cuiabá (UNIC). A proporção dos cursos separando os graus de instrução é observado na tabela:

Tabela 11 – Número total de matrículas em Mato-grosso por tipo de instituição subdividido por tipo de graduação 2010 e 2021

	2010			2021		
	Privadas	Públicas	Total	Privadas	Públicas	Total
Bacharel	52.293	21.771	74.064	77.704	32.650	110.354
Licenciatura	12.659	15.032	27.691	19.509	14.289	33.798
Tecnólogo	12.393	1.337	13.730	29.009	3.395	32.404
Total	77.345	38.140	115.485	126.222	50.334	176.556

Fonte: Censo da educação superior, elaboração própria.

Entre os anos 2010 e 2021 é possível notar um aumento geral no número de matrículas em cursos de bacharelado tanto em universidades privadas quanto públicas no estado do MT entre 2010 e 2021. O maior número de matrículas novas foi registrado na rede privada com um aumento de aproximadamente 25 mil novas matrículas, o que representa 48% de crescimento. Já nas universidades públicas, o aumento foi de aproximadamente 11 mil matrículas, um crescimento de 50%.

Para os cursos de licenciatura o apontamento é de aumento no número de matrículas em cursos de Licenciatura nas universidades privadas no estado do MT entre 2010 e 2021, com um crescimento de aproximadamente 53%. Já nas universidades públicas, houve uma redução no número de matrículas nesse mesmo período, com uma queda de cerca de 5%.

No número de matrículas em cursos tecnológicos tanto nas universidades privadas quanto nas públicas no estado do MT entre 2010 e 2021. No caso das universidades privadas, o aumento foi de aproximadamente 132%, enquanto nas universidades públicas o aumento foi de 153%.

Essa tendência sugere um aumento no interesse dos estudantes em se formarem em cursos tecnológicos e pode estar relacionada ao crescimento da demanda por profissionais capacitados na área de tecnologia. No entanto, é importante notar ainda a diferença entre o número de matrículas nas universidades privadas e públicas, sugerindo que a uma demanda por uma formação mais técnica e rápida não atendidas diretamente pelo setor público.

Contudo, existem formas de ingresso na rede privada de ensino amparadas por políticas públicas como no caso do FIES e do PROUNI, quanto a isso os dados coletados pelo censo apresentam a seguinte proporção:

Tabela 12 – Número total de matriculados no FIES e PROUNI no Mato-Grosso e sua participação relativa no total de matrículas na rede privada 2010 e 2021

	2010		2021	
	Matriculas	participação no total de matriculas	Matriculas	participação no total de matriculas
FIES	2775	3,59%	4204	3,33%
Prouni	4415	5,71%	5981	4,74%

Fonte: Censo da educação superior, elaboração própria.

Assim como no estado de Goiás em Mato–Grosso, acontece um aumento do número de bolsas disponibilizadas no Prouni bem como um aumento no número total de financiamentos realizados por meio do FIES. Entretanto, diferente de Goiás onde tivemos um aumento do total do percentual de bolsistas do Prouni frente ao total de estudantes da rede privada no estado do Mato-Grosso houve uma redução desse percentual. Isso pode indicar um crescimento no setor superior ao promovido pelas políticas de expansão do ensino.

Há de se destacar que a porcentagem de matrículas financiadas pelos programas é relativamente baixa em comparação com o número total de matrículas. Isso sugere que a disponibilidade de vagas e recursos para esses programas ainda é limitada.

Em geral, os dados indicam um aumento na procura pelo ensino superior privado no estado do MT e uma necessidade de ampliar as opções de financiamento para que um número ainda maior de estudantes possa ter acesso a essa educação.

6.O RECORTE DO MATO GROSSO DO SUL E SUAS DIFERENÇAS DOS DEMAIS ESTADOS DO CENTRO-OESTE:

O menor estado da região Centro-Oeste, com uma população estimada para 2020 na magnitude de 2,8 milhões de habitantes. Com uma extensão territorial de 357.124 km², o estado é o 14º maior em tamanho entre os 27 estados brasileiros.

Em termos de densidade demográfica, Mato Grosso do Sul tem uma população relativamente concentrada nas regiões urbanas. A capital, Campo Grande, é a maior cidade do estado e possui uma população de mais de 1 milhão de habitantes.

As principais universidades do MS no que se refere a número de matrículas são Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Universidade Anhanguera (Uniderp), Universidade Paranaense (Unipar), Centro Universitário de Dourados (UFGD), Centro Universitário de Campo Grande (Unic-CG) e Universidade Paulista (Unip) - Campus Campo Grande. Quanto ao grau de instrução das matrículas realizadas nas universidades sul mato-grossense temos:

Tabela 13 – Número total de matrículas em Mato-grosso do sul por tipo de instituição subdividido por tipo de graduação 2010 e 2021:

	2010			2021		
	Privadas	Publicas	Total	Privadas	Publicas	Total
Bacharel	44.901	15.078	59.979	59.264	23.131	82.395
Licenciatura	15.273	10.901	26.174	19.709	11.324	31.033
Tecnologo	10.767	391	11.158	25.173	2.169	27.342
Total	70.941	26.370	97.311	104.146	36.624	140.770

Fonte: Censo da educação superior, elaboração própria.

A taxa de crescimento das matrículas em cursos de bacharelado em universidades privadas no estado do MS entre 2010 e 2021 foi de 32%. Um aumento de mais de 14 mil matrículas nesse período. Já a taxa de crescimento das matrículas em universidades públicas foi de 53%. Um incremento superior a 8000 novas matrículas naquele ano. O MS teve 46% de crescimento em sua rede privada de ensino, em conjunto teve um crescimento de 38,5% na rede pública. A taxa de crescimento de matrículas em universidades privadas em cursos de licenciatura entre 2010 e 2021 foi de 29%. Já na rede pública esse crescimento foi bem inferior, tendo um aumento de 424 matrículas, o que representa um crescimento de 3%.

O MS era o estado com o menor número de matrículas em cursos tecnológicos na rede pública no ano de 2010 e foi o que realizou a maior ampliação percentual 458%, porém em termos absolutos foram 1778 novas matrículas, um incremento superior ao de matrículas em cursos de licenciatura, demonstrando um direcionamento maior das universidades públicas do estado para atender a demanda por tecnólogos, em termos absolutos as universidades privadas tiveram um incremento de 14406 novas matrículas, ou um crescimento de 132%.A expansão do ensino superior privado no MS também teve a utilização dos programas do governo, sendo o MS o estado com a maior proporção de matrículas no programa dentre os estados do Centro-Oeste conforme é evidenciado na tabela:

Tabela 14 – Número total de matriculados no FIES e PROUNI no Mato-Grosso do Sul e sua participação relativa no total de matrículas na rede privada 2010 e 2021:

	2010		2021	
	Matriculas	participação no total de matrículas	Matriculas	participação no total de matrículas
FIES	1277	1,80%	2969	2,85%
Prouni	2024	2,85%	4655	4,47%

Fonte: Censo da educação superior, elaboração própria.

A proporção de matrículas com uso do FIES em relação ao total de matrículas no estado do MS teve um aumento significativo entre 2010 e 2021. Em 2010, a proporção era de 1,79%, enquanto em 2021 ela subiu para 2,85%. Em relação às matrículas com o Prouni, a proporção também aumentou de 2,86% em 2010 para 4,47% em 2021. Isto mostra que o uso de programas como o FIES para financiamento de estudos em universidades privadas cresceu no estado e em níveis superiores aos apresentados no estado de Goiás e Mato-Grosso, o crescimento do Prouni demonstra maior democratização uma vez que aumenta a participação de estudantes que precisam de auxílio financeiro.

7. A EXPANSÃO EM BRASÍLIA – OS RESULTADOS OBTIDOS PELO DISTRITO FEDERAL

O Distrito Federal (DF) é a capital federal do Brasil, localizada no Planalto Central. De acordo com o último censo demográfico realizado pelo IBGE no ano de 2020, a população do DF é de 2.9 milhões de habitantes, com uma densidade demográfica de 2.336 habitantes por km². A extensão territorial do DF é de 5.779 km². O DF é conhecido por ser o centro político e administrativo do governo brasileiro. Foi a unidade federativa de maior renda per capita do centro-oeste e do Brasil no ano de 2021 e possui o maior IDH entre os estados membros do Centro-Oeste (IBGE, 2021).

O ensino superior de Brasília é representado por uma ampla oferta de instituições de ensino, incluindo universidades públicas e privadas. A Universidade de Brasília (UnB) é a principal instituição de ensino superior pública do distrito. Além da UnB também se tem o Instituto Federal de educação ciência e tecnologia de Brasília (IFB). As instituições do DF apresentam as seguintes proporções em seus graus de instrução:

Tabela 15– Número total de matrículas em Mato-grosso do sul por tipo de instituição subdividido por tipo de graduação 2010 e 2021:

	2010			2021		
	Privadas	Publicas	Total	Privadas	Publicas	Total
Bacharel	103.888	19.308	123.196	109.587	31.684	141.271
Licenciatura	23.969	6.477	30.446	20.496	10.320	30.816
Tecnologo	23.492	55	23.547	46.177	2.503	48.680
Total	151.349	25.840	177.189	176.260	44.507	220.767

Fonte: Censo da educação superior, elaboração própria.

A taxa de crescimento da procura por cursos tecnológicos em universidades privadas no DF entre 2010 e 2021 é de aproximadamente 97%. No ensino público ocorreu a abertura de diversos cursos tecnológicos, ao passo que em 2010 apenas existia o curso de agroecologia de nível tecnólogo na rede pública ministrado pela IFB. Em 2021 ocorreram 2448 matrículas a mais em cursos tecnológicos na rede de ensino pública.

Dentre os tipos de graduação da rede privada a licenciatura no DF foi a única que apresentou redução entre os anos de 2010 e 2021, porém Brasília já possuía em 2010 uma rede de ensino privado maior que a dos outros estados do centro-oeste, além de que a criação de universidades novas no estado do Goiás pode ter influenciado na diminuição de êxodo do interior do estado para o distrito, novos estudos podem ser realizados para avaliar essa possibilidade, na rede pública no entanto ocorreu um aumento na ordem de 59% nos cursos de licenciatura.

O aumento no número de matrículas em universidades públicas no DF em cursos bacharelados entre 2010 e 2021 é de aproximadamente 63%. Já o número de matrículas em universidades privadas se mostrou um tanto quanto estável, crescendo cerca de 5% em 10 anos. O total de matrículas em universidades privadas no DF apresentou o crescimento mais modesto com o aumento sendo concentrado basicamente nos cursos tecnológicos. O crescimento do total de matrículas no DF veio principalmente no ensino público, que cresceu 72%, cerca de 18,6 mil em números absolutos.

O uso de programas como Prouni e FIES pode ser uma alternativa para que mais pessoas possam ter acesso ao ensino superior, mesmo com a relativa estabilidade das matrículas na rede privada no DF ocorreu um aumento das matrículas nas duas modalidades de acesso ao ensino privado com auxílio das políticas públicas:

Tabela 16 – Número total de matriculados no FIES e PROUNI no DF e sua participação relativa no total de matrículas na rede privada 2010 e 2021

	2010		2021	
	Matriculas	participação no total de matriculas	Matriculas	participação no total de matriculas
FIES	2.120	1,40%	4.251	2,41%
Prouni	6.738	4,45%	7.136	4,05%

Fonte: Censo da educação superior, elaboração própria.

O crescimento no número de matrículas na rede privada de ensino no Distrito Federal, assim como no uso dos programas de financiamento estudantil FIES e Prouni, é uma tendência positiva. Em 2010, tivemos 151.349 matrículas na rede privada de ensino no DF, com 2.120 utilizando o FIES e 6.738 utilizando o Prouni. Já em 2021, esse número aumentou para 176.260 matrículas, com 4.251 utilizando o FIES e 7.136 utilizando o Prouni. Um aumento de aproximadamente 100% no uso dos programas de financiamento estudantil, em contrapartida o número de matrículas com bolsa de ensino disponibilizadas pelo Prouni se manteve relativamente estável com um crescimento de 5%. Isso indica um crescimento de aproximadamente 16% no número de matrículas na rede privada de ensino, assim como. Este crescimento pode ser explicado por fatores como uma maior disponibilidade desses programas, uma maior procura por educação superior e um aumento na conscientização sobre a importância da educação para o desenvolvimento individual e coletivo.

O DF apresentou o menor nível de crescimento das bolsas do Prouni entre todos os participantes do Centro-Oeste, em conjunto com isso possui o menor uso do financiamento estudantil entre os estados

analisados. A menor utilização do FIES pode estar ligada com o alto nível de renda do distrito, e evidencia um impacto maior do programa em regiões menos centralizadas, porém novos estudos e análises são necessárias para avaliar a diferença dos indicadores entre os estados selecionados.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A rede de ensino superior brasileira cresceu após as políticas de expansão do ensino superior público e a criação de programas de assessoria nas universidades privadas (Prouni e FIES), a proporção étnica dos estudantes de nível superior também apresentou mudanças, com um aumento de grupos sociais historicamente excluídos (Marques, 2018), após 2010 ocorreu crescimento dos indicadores ligados a expansão do ensino superior no Brasil, com aumento tanto no setor público quanto privado, aumentando matrículas, número de cursos, número de docentes e instituições, recapitulando que o número de docentes só cresceu no setor público, com o setor privado diminuindo o número de docentes e aumentando o número de estudantes.

As políticas de a expansão do FIES e PROUNI, além da criação do REUNI, promoveu avanços significativos no acesso à educação superior, com distribuição de bolsas de ensino para estudantes de baixa renda e possibilidade de financiamento com taxas de juros subsidiadas, permitindo o ingresso de estudantes que talvez não tenham condições de arcar com os custos de uma educação superior privada, além de um maior esforço para a interiorização do ensino com a abertura de novas IFs (Nunes, 2019).

A região Centro-Oeste apresentou uma expansão no ensino superior dentro do período analisado, mas foi a região que menos cresceu a rede de ensino em termos relativos e absolutos tanto no setor público quanto privado ao se avaliar o número de matrículas, o que pode indicar uma necessidade maior de recursos para atender a região, bem como maior potencial de crescimento nos próximos anos.

Os investimentos na rede pública de educação superior foi essencial para essa expansão de ensino na região, com o ensino público apresentando taxas de crescimento superiores à rede privada em todos os estados. Portanto isso demonstra que a ampliação da rede pública e a manutenção da IES são fundamentais para o seguimento de resultados positivos de mesmo nível na região.

A expansão da rede privada foi expressiva, porém não foi livre de falhas. O nível de empregos gerados pela rede privada e o nível de remuneração dos professores foi inferior ao das universidades públicas, o nível de produção acadêmica também foi inferior quando comparado ao das universidades públicas. Essas diferenças demonstram como o Ensino público detem uma importância relevante para o Ensino, pesquisa e expansão, não só no centro-oeste mas em todo Brasil.

Todos os estados do Centro-Oeste demonstraram crescimento no uso do FIES e disponibilização de bolsas de Prouni, com Goiás sendo o estado com o maior número de bolsas e financiamentos, bem como a maior proporção do uso dos dois no ano de 2021, dentro da região centro-oeste em Brasília vemos o menor aumento no número de bolsas disponibilizadas pelo Prouni bem como o menor uso do FIES nas

matrículas em universidades privadas, novos estudos para explicar essa relação bem como os possíveis impactos podem ser realizados.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Luís; CARVALHO, José R. Análise do jogo induzido pelo mecanismo SiSU de alocação de estudantes em universidades. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA – ANPEC, 42., Natal, 2014. Anais... Natal: [s.n.] 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (2022). **Taxas de juros básicas – Histórico**. Disponível em <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>>. Acesso em 06 de janeiro de 2022.

BATISTA, N. C. Políticas públicas de ações afirmativas para a Educação Superior: o Conselho Universitário como arena de disputas. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v.23, n. 86, p. 95-128, 2015.

BATISTA, N. C. Cotas para acesso de egressos de escolas públicas na Educação Superior. Pro Posições, Campinas, v. 29, n. 3, p. 41-65, 2018

BRASIL/MEC. Constituição da República Federativa do Brasil (1988), com as alterações das Emendas Constitucionais de nº 1 a nº 62.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB -estabelece as diretrizes e bases da educação nacional).

_____. Lei nº 10.172, de 10 de janeiro de 2001 (que institui o Plano Nacional de Educação).

_____. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 (lei que institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI).

_____. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (decreto que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais –REUNI).

_____. Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010 (que altera do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior –FIES, definido na Lei 10.260, de 12 de julho de 2001).

_____. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas: dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio).

_____. Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 (regulamenta a Lei 12.711/2012).

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (lei do Plano Nacional de Educação 2014-2024).

CATANI, Afrânio Mendes. Apêndice: anotações sobre a universidade nos dias atuais1. **Expansión de la educación superior en América Latina**, p. 33.

CATANI, A. M.; HEY, A. P. Expansão da educação superior: algumas considerações e tendências. **Expansión de la educación superior en América Latina**, p. 9.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior?. **Educar em revista**, p. 125-140, 2006.

DE CASTRO ARIIVALDO, Thainara Cristina; NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. Nova forma de acesso ao ensino superior público: um estado do conhecimento sobre o Sistema de Seleção Unificada-SiSU. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 4, n. 1, p. 152-174, 2018.

DE MELO COSTA, Danilo; COSTA, Alexandre Marino; BARBOSA, Francisco Vidal. Financiamento público e expansão da educação superior federal no Brasil: o REUNI e as perspectivas para o REUNI 2. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 6, n. 1, p. 106-127, 2013.

NUNES, E.; BEZERRA, L. Análise regionalizada da expansão das IFES tendo por referência o perfil dos graduandos, **Cadernos ANDIFES 2019**, p.

ESCOBAR, H.; **Fábricas de conhecimento**; *Jornal da USP*; São Paulos 05/04/2019; Disponível em: <<https://jornal.usp.br/ciencias/fabricas-de-conhecimento/>>. Acesso em 08 de outubro de 2021.

FAVATO, Maria Nilse; RUIZ, Maria José Ferreira. REUNI: política para a democratização da educação superior?(REUNI: policy for the democratization of higher education?). **Revista eletrônica de educação**, v. 12, n. 2, p. 448-463, 2018

GUIMARÃES, Eduardo Nunes et al. A Interiorização do ensino superior e a mobilidade estudantil reversa nos pequenos municípios. **2022**.

LUZ, Jackeline Lourenço Noronha da. O Sistema de Seleção Unificada (SiSU) na Universidade Federal de Mato Grosso – campus Cuiabá – e a relação com a democratização do acesso. Cuiabá: UFMT, 2013. 186 p.

MANCEBO, D.; SILVA JÚNIOR, J. R.; SCHUGURENSKY, D. (2016). A educação superior no Brasil diante da mundialização do capital. **Educação em Revista**, v. 32, n. 4, p. 205-225.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira. O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, 2018.

RISTOFF, Dilvo. Educação superior no Brasil: 10 anos pós-LDB: da expansão à democratização. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João F. de; MOROSINI, Marília (Orgs.). Educação superior no Brasil: 10 anos pós-LDB. Brasília: INEP, 2008. p. 39-50.

RISTOFF, D. Expansão da Educação Superior: fatos e mitos. **Expansión de la educación superior en América Latina**, p. 51.

SAVIANI, Dermeval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póesis pedagógica**, v. 8, n. 2, p. 4-17, 2010.